CONTRATO Nº. 006/2017- AMAE/BELÉM

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ, REPRESENTADO PELA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA E ESGOTO DE BELÉM – AMAE/BELÉM E A EMPRESA MAC ID COMÉRCIO SERVIÇOS E TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.

O MUNICÍPIO DE BELÉM, representado pela AGÊNCIA REGULADORA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BELÉM – AMAE/BELÉM, órgão integrante de sua administração indireta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.670.696/0001-91, com sede na Av. Comandante Braz de Aguiar - Passagem Mac Dowell, nº 75, Bairro Nazaré, CEP nº 66035-150, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Exmo. Sr. ANTÔNIO DE NORONHA TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 150178583-4 e do CPF nº 049.099.332-04, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a empresa **MAC ID COMÉRCIO SERVIÇOS E TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.427.054/0001-54, situada na Rua da Conceição, nº 37, Sala nº 406, bairro Centro, Rio Bonito - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 28.800-000, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por DANIELLE PORTUGAL TOSTES, brasileira, solteira, empresária, portador da célula de identidade nº 09705036-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 026.389.957-89, residente e domiciliado na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, à Estrada Pacheco de Carvalho, 399, Bloco 01, apto. 108, Maceió, CEP: 24.310-090, resolvem celebrar o presente CONTRATO Nº 006/2017-AMAE/BELÉM, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, consoante resultante do Pregão Eletrônico SRP nº 020/2016 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA e da Ata de Registro de Preços nº 002/IFPA/2017, consoante o Processo nº 23051.015968/2016-14 - IFPA, mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11 O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 5.450/05 e nº 5.504/05, Decretos Municipais nº 47.429/05, nº 49.191/05, 48.804-A/05, nº 75.004/13 e nº 80.456/14 e demais legislações aplicáveis ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

21 O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 020/2016 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA e da Ata de Registro de Preços nº 002/IFPA/2017, consoante o Processo nº 23051.015968/2016-14 e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA . DA APROVAÇÃO DA MINUTA

31 A minuta deste Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICO - SEMAJ, conforme parecer NSAJ N° 088/2017-NSAJ/PMB, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei Federal n° 8.666/93 e inciso X, do art. 10, do Decreto Municipal n° 47.429/05.

CLÁUSULA QUARTA . DO OBJETO

4.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa jurídica especializada na Gestão de serviços de Reprografia: impressão corporativa, cópia, fax, digitalização departamental, incluindo a disponibilização de equipamentos novos, lacrados, de primeiro uso e em linha de fabricação, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a substituição de peças e suprimentos, fornecimento do papel, sistema de gerenciamento e contabilização de impressões/cópias para atender as necessidades da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém - AMAE/BELÉM, conforme especificações contidas no termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA . DA VIGÊNCIA

51 O prazo de execução do objeto deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme a necessidade da administração, havendo concordância entre as partes. A vigência deste documento coincide com o prazo de execução, de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

52 O presente contrato fica prorrogado, mediante Termo Aditivo a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam observados os requisitos abaixo, enumerados de forma simultânea, e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

5.2.1. Os serviços forem prestados regularmente ao longo da vigência do contrato;

5.2.2. A CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;

5.2.3. A administração mantenha interesse na realização do serviço;

5.2.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;

5.2.5. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA . DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

61 Os serviços deverão iniciar com as solicitações da Administração, após a assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA . DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

71 Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive atualizando os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual;

72 A CONTRATADA deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

CLÁUSULA OITAVA . DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

81 São obrigações da CONTRATANTE, além das contidas no Edital e Termo de Referência:

8.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o licitante vencedor possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

8.1.2. Acompanhar e fiscalizar o funcionamento dos equipamentos, através da indicação e 01 (um) responsável (servidor) indicado pela Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém . AMAE/BELÉM;

8.1.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços verificando sempre o bom desempenho do equipamento;

8.1.4. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras do serviço objeto do Contrato, de forma a garantir que continue a ser o mais vantajoso para a Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém . AMAE/BELÉM;

8.1.5. Fornecer por sua conta, instalações físicas e elétricas indispensáveis ao assentamento do equipamento e adequadas ao perfeito funcionamento do mesmo, de acordo com as especificações do licitante vencedor;

8.1.6. Não consentir que terceiro execute os serviços de manutenção e reparo das máquinas;

8.1.7. Não remover qualquer máquina do local em que for instalada ou reinstalada, sem prévio e expresso consentimento do licitante vencedor;

8.1.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém . AMAE/BELÉM, não deve ser interrompida;

8.1.9. Emitir pareceres em todos os atos relativos a execução dos serviços, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

8.1.10. Emitir pareceres sobre os atos relativos a execução do contrato a ser firmado entre as partes, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços;

8.1.11. Permitir acesso dos empregados do licitante vencedor as suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário, desde que devidamente identificados;

8.1.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.13. Cumprir pontualmente com as todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido no Edital e seus anexos;

8.1.14. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/ Faturas da CONTRATADA, após a efetiva entrega dos produtos, observando ainda as condições estabelecidas no edital de licitação;

8.1.15. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.16. Pagar a CONTRATADA o valor resultante da prestação de serviço, na forma do contrato;

8.1.17. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.18. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

CLÁUSULA NONA . OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

91 São deveres da contratada, além das contidas no Edital e Termo de Referência:

9.1.1. Executar o serviço conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.2. Oferecer máquina nova (sem uso), digital, em bom estado de conservação e funcionamento, com garantia de qualidade de cópias, onde as peças e matérias de consumo não poderão ser manufaturados e caso haja necessidade de reposição, deverão estar disponíveis para o imediato atendimento;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 horas os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados a critério da administração;

9.1.4. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

9.1.5. Instruir e treinar, sem ônus para a CONTRATANTE, os servidores que irão operar o equipamento reprográfico, no respectivo local onde a máquina será instalada;

9.1.6. Atender à solicitação de visita técnica no prazo de 04 horas do chamado, devendo, ao final do atendimento, entregar relatório descrevendo os serviços realizados;

9.1.7. Fornecer sem ônus para a CONTRATANTE todo o material de consumo utilizado no equipamento, sempre que solicitado pela administração no prazo máximo de 12 horas após solicitado;

9.1.8. Arcar com o ônus de peças, componentes, acessórios e insumos, necessários ao perfeito funcionamento do equipamento reprográfico disponibilizado;

9.1.9. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente à administração ou terceiros;

9.1.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos para execução dos serviços de manutenção do equipamento reprográfico de conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.11. Apresentar a CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.12. Efetuar as medições mensais, através de representante devidamente credenciado, registrando o número de cópias efetivamente produzidas no período, excluídas as decorrentes de testes promovidos por técnicos da empresa. Tais medições deverão ocorrer na presença de servidor da CONTRATANTE;

9.1.13. Responsabilizar-se por todo e qualquer transporte e instalação das máquinas, sem ônus para a CONTRATANTE;

9.1.14. Efetuar a troca da máquina que em um período de 30 (trinta) dias apresentar 03 (três) defeitos, de qualquer natureza, por outra com as mesmas especificações de tipo, marca e modelo;

9.1.15. Oferecer equipamento e insumos de baixo impacto ambiental, levando em conta a saúde e segurança das pessoas e a proteção ao meio ambiente;

9.1.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à administração;

9.1.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da administração, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas quando for o caso;

9.1.18. Relatar a administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, e nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.21. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de Referência ou na minuta do contrato;

9.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não está satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93.

9.1.23. Manter na região metropolitana de Belém/PA, estrutura administrativa e operacional que garanta a ininterrupta execução dos serviços e o pleno cumprimento de suas obrigações visando atender os prazos máximos especificados neste Contrato;

9.1.24. Cumprir diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei 12.305/10.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

10.1 Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA na forma do art. 71 da lei nº 8.666/93 os salários dos empregados e todos os encargos previstos pelas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e sociais, inclusive os relacionados a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., resultantes, direta e/ou indiretamente, da execução da presente Ata de RP a ainda por multas que vierem a ser aplicadas por infração aos dispositivos legais, regulamentares e contratuais, por parte da CONTRATADA, ou em virtude de qualquer ato ou omissão de seus prepostos subcontratados.

SUBCLAUSULA ÚNICA: A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos ônus ou encargos especificados nesta cláusula, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a apropriação do resultado alcançado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Os serviços objeto deste contrato serão recebidos:

a) **Provisoriamente:** imediatamente após a conclusão dos serviços pelo responsável, por seu acompanhamento e fiscalização para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

b) **Definitivamente:** em até 05 (cinco) dias uteis após análise da conformidade, tendo em vista as especificações contidas no anexo do edital.

SUBCLAUSULA ÚNICA: Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, os serviços que apresentarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, bem como quaisquer irregularidades ou divergências com as especificações constantes dos anexos do edital no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da sua notificação, ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado pela CONTRATANTE mediante portaria específica, observando o caput e os parágrafos do art. 67 da Lei 8.666/93.

12.2 Caberá ao servidor designado rejeitar total ou em parte qualquer serviço que não seja prestado em acordo com as especificações do edital e seus anexos, que fazem parte integrante do presente Contrato.

12.3 O representante da CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

a) Solicitar a CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;

b) Emitir pareceres em todos os atos da administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações das sanções, alterações e repactuações do contrato;

c) Fiscalizar a execução do presente contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes de suas cláusulas;

d) Determinar o que for necessário a regularização e faltas verificadas;

e) Sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência.

12.4 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou terceiros, resultantes da ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos, inclusive pela completa e perfeita execução dos serviços contratados.

12.5 É vedado ao representante da CONTRATANTE exercer poder de mando sobre os empregados do CONTRATADO, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis da CONTRATADA.

12.6 A CONTRATANTE no exercício da fiscalização de que trata esta cláusula, poderá, dentre outras providências julgadas oportunamente necessárias, ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA . DO PAGAMENTO

13.1 O preço ajustado será total, fixo, definitivo e irrevogável, expresso em moeda corrente do país.

13.1.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes à prestação do serviço, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

13.2 O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos produtos e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

13.3 Será procedida consulta “Online” junto ao SICAF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

13.4 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.5 No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual – 6% / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

13.6 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente da CONTRATADA, em favor da CONTRATANTE. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela CONTRATANTE administrativamente ou judicialmente, se necessário.

13.7 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

14.1 Caberá ao titular do ÓRGÃO, ou servidor expressamente designado, o ateste das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto desta licitação, para efeito de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações por parte da Administração, estão assegurados na seguinte funcional:

Atividade: 2170

Fonte de Recurso: 0200000001

Elemento de Despesa: 3390390000

15.2 As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PREÇO

16.1 O valor do contrato é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais);

16.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.1.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

17.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.2 A CONTRATANTE poderá solicitar modificações, acréscimos ou reduções na prestação dos serviços do objeto deste contrato, desde que, após consulta à CONTRATADA, as mesmas sejam consideradas viáveis;

17.3 Se tais modificações ou alterações repercutirem no preço pactuado na Cláusula Décima Sexta ou no prazo da execução dos serviços serão acordados ajustes apropriados, que deverão ser formalizados, através do Termo Aditivo, obedecendo ao prazo de convocação estipulado pela Administração, consoante o Art. 64, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar, e de contratar, e será descredenciado do SICAF pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, no edital e demais cominações legais.

18.2 Além do previsto no item anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sem prejuízo de outras:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.2.2. Multa:

a) Moratória no percentual correspondente de até 0,50% (zero virgula cinquenta por cento), calculada sobre o valor total da contratação por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução dos serviços, caracterizando inexecução parcial;

b) Compensatória no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser acumulado com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até dois anos.

18.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida de sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Também ficam sujeitas à penalidade de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração e inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que em razão do contrato decorrente desta licitação:

18.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal, no recolhimento de tributos;

18.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

18.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a adjudicatória, o contraditório e a ampla defesa.

18.7. A autoridade competente na aplicação e sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8. As penalidades são obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, ou no caso das multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA . DA RESCISÃO

19.1 Constituem motivos para a rescisão a inexecução total ou parcial do Contrato, além das hipóteses legalmente previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis.

Parágrafo primeiro - A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Assegura-se ao CONTRATANTE, no caso de rescisão culposa, sem prejuízo das sanções cabíveis, os direitos estabelecidos no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo segundo - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo terceiro - Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, comprovados mediante processo administrativo, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo fornecimento efetivado prestado em decorrência da execução do Contrato até a data da rescisão.

Parágrafo quarto - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA . DOS CASOS OMISSOS

20.1 A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Inciso XII do Artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA . DA VIGÊNCIA

21.1 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA . DA PUBLICAÇÃO

22.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, em observância aos prazos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA . DO FORO

23.1 As partes elegem o foro da Justiça do Estado do Pará, na cidade de Belém para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

23.2 E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Belém /PA, de de 2017.

**ANTÔNIO DE NORONHA TAVARES
DIRETOR - PRESIDENTE AMAE/ BELÉM
CONTRATANTE**

**DANIELLE PORTUGAL TOSTES
MAC ID COM. SERV. TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:
CPF:

2. _____

NOME:
CPF: